



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS
Ata da 179ª reunião, realizada em 6 de novembro de 2023

1 Em 6 de novembro de 2023, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC SM) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Anderson Ramiro Siqueira, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público. Marcelo Rodrigues Martins, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Henrique Tavares Maior Soares, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
7 (Sede); William Bahia Pimenta, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Vitor
8 Geraldo Jaques Teixeira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Masaharu Ikegaki, do Conselho Regional de
9 Biologia da 4ª Região (CRBio-04); Rodrigo Caldeira Grava Brazil, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
10 (MPMG); Fernanda Anastácia de Sousa Modesto Ortiz, da Prefeitura Municipal de Varginha. Representantes da
11 sociedade civil. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
12 (Fiemg); Caio Sérgio Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
13 Ernesto de Oliveira Canedo Junior, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Demian Mendes Lage, da
14 Associação Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia das Águas - Área das Águas; Pedro Tavares Lima, da
15 Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Gustavo Bleme de Almeida, da Associação
16 Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Hisaias de Souza Almeida, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei).
17 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Anderson Ramiro
18 Siqueira declarou aberta a 179ª reunião da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas. **2) EXECUÇÃO DO HINO**
19 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado do Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não
20 houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA**
21 **DA 178ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 178ª reunião da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas,
22 realizada em 2 de outubro de 2023. Votos favoráveis: Seapa, Sede, PMMG, MPMG, Prefeitura de Varginha, Fiemg,
23 Faemg, Uemg, Área das Águas, Promutuca, Zeladoria do Planeta e Unifei. Abstenção: CRBio. Ausência: Seinfra.
24 Justificativa de abstenção. Conselheiro Masaharu Ikegaki /CRBio: “É a primeira reunião que eu participo, eu não
25 estava presente nas demais reuniões.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA**
26 **INTERVENÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**
27 **SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**
28 **LOCALIZADA EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADO AO**
29 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 6.1) Alfredo Gomes dos Santos. Distrito de Monte Verde. Camanducaia/MG.**
30 **PA/SEI/nº 2100.01.0034208/2022-27. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem**
31 **destoca, para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0071 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0071 ha.**
32 **Fitofisionomia: Floresta Ombrófila Mista. Estágio de Regeneração: Avançado. Apresentação: URFBio Sul.**
33 Intervenção ambiental aprovada por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, PMMG,
34 Prefeitura de Varginha, Fiemg e Faemg. Votos contrários: CRBio, Área das Águas, Promutuca e Zeladoria do
35 Planeta. Abstenções: MPMG, Uemg e Unifei. Ausência: Seinfra. Justificativas de votos contrários e de abstenções.
36 Conselheiro Masaharu Ikegaki /CRBio: “Discutindo com os membros do Conselho sobre esse processo, o
37 entendimento é que existem algumas questões que o CRBio ainda está discutindo com outros Conselhos também,
38 e por isso então a orientação do Conselho foi que a votação fosse para o voto contrário.” Conselheiro Rodrigo
39 Caldeira Grava Brazil/MPMG: “Senhor presidente, seguindo a postura que tenho adotado nesta URC, eu me
40 abstenho, porque, em que pese não vislumbrar nenhum impeditivo legal, entendo que os estudos faunísticos são
41 deficientes para essa zona do distrito de Camanducaia, e, enquanto a questão não for analisada de forma macro
42 e se continuar a insistir com uma visualização focada em áreas de lote, nós teremos os impactos na fauna. E,
43 portanto, não vejo elementos suficientes para aprovação.” Conselheiro Ernesto de Oliveira Canedo Junior/Uemg:
44 “Eu acompanho o raciocínio do Rodrigo e me abstenho por conta da falta de informações sobre a fauna, que é

uma coisa recorrente desde que eu comecei a participar aqui em Camanducaia, e não temos informações suficientes sobre a fauna.” Conselheiro Demian Mendes Lage/Área das Águas: “Eu voto contra. No próprio relatório fala que entre as diretrizes de uso recomendadas para a zona em questão está o incentivo à recuperação de áreas degradadas, áreas de preservação permanente, e eu não vejo de uma forma isolada, eu creio que uma ação isolada de vários lotes vai trazer uma ação muito prejudicial para o meio ambiente dessa região no longo prazo. E comparando com outras áreas que eu conheço. E a segunda questão é essa da fauna. Mais uma vez, é analisado através de dados secundários. E até no relatório, segundo a bióloga, ela relata, não foram visualizadas (palavras do relatório), não foram visualizadas espécies da fauna em ameaça de extinção, mas foi feito levantamento através de dados secundários. Então eu me sinto muito desconfortável de aprovar, por mais que seja uma intervenção pequena.” Conselheiro Pedro Tavares Lima/Promutuca: “Promutuca vota contrário, presidente, mantendo a nossa linha também, que considera os estudos insuficientes e entendendo, como o Ministério Público, que o impacto, se for analisado apenas de lote a lote, no conjunto vai ser um impacto muito grande. Então uma forma de pressionar para que essa forma dos estudos seja melhorada.” Conselheiro Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta: “Também vou acompanhar os meus colegas e voto contrário também no mesmo entendimento de que, dividindo a área por lotes, o prejuízo para o meio ambiente vai ser maior.” Conselheiro Hisaias de Souza Almeida/Unifei: “Eu acompanho o Ministério Público em abstenção uma vez que realmente falta análise de fauna, não só neste trabalho, mas em outros trabalhos que têm sido apresentados no município de Camanducaia.” **Levantamentos de fauna.** Conselheiro Marcelo Rodrigues Martins: “Analisando as colocações do Rodrigo e dos outros colegas, fica patente a necessidade de um estudo regional, porque em quase todas as reuniões de que participamos tem um processo de Camanducaia. Eu queria sugerir de que forma isso pode realmente ser realizado e pedir para mudar o meu voto, se fosse possível.” Presidente Anderson Ramiro Siqueira: “Infelizmente, quando eu fiz a leitura já como voto deferido, eu encerrei a votação. Então neste momento não é possível alterar mais a intenção de voto. Referente à forma que temos agido, em especial sobre essas indagações quanto à fauna, é algo que o IEF tem buscado aprimorar em seus pareceres. Mas, antes de mais nada, é um termo de referência que está presente nos processos de intervenção, não há exigência de estudo de fauna com dados primários. E são estudos que, aparentemente, para serem suportados por proprietários de lotes individuais que tenham essas intervenções que na maioria das vezes são pequenas – a de hoje são 71 m² –, não se têm aplicado como economicamente viável. Eu acho que a legislação tem que evoluir, a URC tem manifestado seus recados. Eu acho que essa votação é algo que se espelha nesse sentido: são quatro votos contrários e três abstenções. Daqui a pouco vai ser o reflexo daquilo que se pretende enquanto instrução processual. Eu acho que, paralelo a isso, também cabe ao IEF, dentro dos próprios pareceres que são emitidos, tentar coletar e prestar informações o quanto mais detidas e específicas relativas a esse ponto sensível que é a fauna. Mas é claro, ficamos à disposição do Conselho para ver o que nós temos de sugestão para poder estar tentando crescer nesse cenário.”

7) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS DO COPAM PARA O ANO DE 2024. Apresentação: Supram SM. Aprovada por unanimidade a agenda de reuniões da URC Sul de Minas para o ano de 2024, nos termos da proposta apresentada pela Supram. Votos favoráveis: Seapa, Sede, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Varginha, Fiemg, Faemg, Uemg, Área das Águas, Promutuca, Zeladoria do Planeta e Unifei. Ausência: Seinfra. **8) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil: “São dois assuntos. O primeiro, um pouquinho mais denso, relacionado aos processos de intervenção de Mata Atlântica no distrito de Monte Verde. A Presidência e eu pudemos participar no mês passado de uma reunião com o Ministério Público de Camanducaia, a pedido da Polícia Militar de Meio Ambiente daquela região e da Promotoria de Justiça de Camanducaia, juntamente com a prefeitura, para tratar dessa questão. Muito me surpreendeu que, em alguns casos, o município localmente tem dado autorização para supressão de vegetação nativa em assunção de uma atribuição que é deste Conselho, por entender, baseado em alguns relatórios, que em lotes de até 1.000 m² seriam consideradas árvores isoladas. Então eu me deparei com mais de um caso concreto em que o Codema do município autorizou a supressão da integralidade da vegetação de Mata Atlântica em estágio secundário, médio ou avançado em sua totalidade, sem observar as regras de competência desta URC e sem também impor as compensações típicas da Lei da Mata Atlântica. A única compensação foi o recolhimento de uma quantia para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Isso me chamou muito atenção. Na ocasião, eu passei a visão do Ministério Público para a nova Secretaria de Meio Ambiente de Camanducaia, sugeri que o colega apurasse as responsabilidades de todos os atores envolvidos nesse tipo de autorização. Porque além de atrair uma competência que, a princípio, depende no mínimo de uma anuência do Estado, há equívocos técnicos e muito

97 preocupantes; e as medidas compensatórias, nenhuma delas observadas como trazidas na lei. Ainda que nós
 98 tenhamos alguma divergência de visão neste Conselho, os pareceres dos técnicos do IEF vêm evoluindo
 99 claramente, e há sempre uma preocupação nas compensações, seja no 2 para 1 da Mata Atlântica em Minas
 100 Gerais, seja no remanescente de vegetação no próprio lote, 30%, 50%, a depender do estágio sucessional. Então
 101 essa é uma questão que eu reputo bastante séria, e acredito que talvez seja o caso de este Conselho fazer uma
 102 moção direcionada à Prefeitura de Camanducaia, ao Codema de Camanducaia, para preservar as suas atribuições,
 103 a sua competência. O segundo caso, também nesse assunto, é que eu venho acompanhando desde o início, por
 104 estar já há algum tempo na composição deste Conselho, a evolução das discussões a respeito da supressão de
 105 vegetação em Camanducaia, e me parece que, cada vez mais, nós temos colegas que entendem que os estudos
 106 não são suficientes ou abrangentes o suficiente. E os técnicos do IEF se vêm de mãos atadas, muitas vezes, porque
 107 a normativa estadual não exige um estudo primário de fauna, um levantamento mais abrangente. Ainda que
 108 existam dados da Melhoramentos e outros dados secundários que indiquem a presença de espécies ameaçadas
 109 de extinção naquela região. Por ocasião da última composição desta URC, o conselheiro então representante do
 110 CRBio, o Maurício, foi a campo e também visualizou avifauna ameaçada de extinção sobrevoando lotes. Então eu
 111 penso que nós talvez tenhamos oportunidade de agir para auxiliar os técnicos do IEF a fazer uma análise mais
 112 exauriente. Não sei se uma moção seria o adequado, mas pelo menos alguma forma de pensarmos em conjunto,
 113 de provocar a direção do IEF ou mesmo a SEMAD para que cobre um estudo ou da Prefeitura de Camanducaia ou
 114 do próprio IEF, na área de abrangência da APA Fernão Dias, de levantamento de fauna com dados primários. A
 115 notícia que se tem é que o plano de manejo da APA Fernão estaria passando por revisão, e talvez fosse uma
 116 oportunidade de isso ser entendido. A aqui nós votamos supressões pequenas – a de hoje não chega a 100 m².
 117 Essa é a realidade, mas nós não temos uma visão do todo. Me chamou atenção, logo no início da discussão, há
 118 dois, três anos, quando um dos técnicos do IEF disse que seriam mais de 1.000 lotes sujeitos a essas pequenas
 119 intervenções, que em conjunto certamente têm um impacto representativo naquela região. Então eu trago aqui
 120 a reflexão para este período de fim de ano para quem sabe nós possamos voltar com ideias ou alternativas para
 121 que essas análises sejam mais completas e nos deem subsídios para tomar decisão bem formada. Eu não quero
 122 convencer ninguém a votar de um jeito ou de outro.” **Pedido de apresentação.** O conselheiro Rodrigo Caldeira
 123 Grava Brazil registrou solicitação para que seja pautada, na primeira reunião da URC no próximo ano, uma
 124 apresentação sobre as adequações administrativas realizadas recentemente pela SEMAD. **Proposta de moção.** O
 125 conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil se colocou à disposição para se reunir com outros conselheiros para
 126 discutirem e apresentarem, conjuntamente, uma minuta de moção a ser colocada em pauta para apreciação e
 127 votação da URC Sul de Minas, na primeira reunião de 2024, relativa aos levantamentos de fauna com utilização
 128 de dados primários. O presidente Anderson Ramiro Siqueira informou que a Unidade Regional de Regularização
 129 Ambiental também se coloca à disposição para auxílio na redação da minuta. O conselheiro Pedro Tavares Lima
 130 também se colocou à disposição para trabalhar conjuntamente e destacou: “Foi falado que não é exigido o estudo
 131 primário, mas também não fala que é proibido. Então nada impede que, no caso de Camanducaia, seja feito.”
 132 **Conselheiro Demian Mendes Lage:** “Só para complementar o que o Rodrigo falou, às vezes se olha lote a lote, mas
 133 quando você pega o mapa, quando você pega uma visão geral, é tudo mata densa. E aí pegamos do próprio
 134 relatório que é uma vulnerabilidade natural alta, prioridade para conservação da flora muito alta; prioridade para
 135 conservação da biodiversidade, está inserida em área prioritária para conservação de biodiversidade, como sendo
 136 tipo especial. Então tudo nos leva a pensar ‘é uma área sensível, muito especial, que deve ser protegida’. E tem
 137 toda a Lei da Mata Atlântica, e vemos regiões sendo loteadas. Eu não sei a data do loteamento, mas diz no
 138 relatório também que é depois de 2006. Como que estão sendo feitas as liberações de loteamentos atualmente?
 139 Para não ter uma explosão desse mesmo problema que estamos tendo agora, então isso também deveria ser
 140 levantado dentro dessa moção, dentro dessa carta aberta ou recomendação, dentro dessa informação que será
 141 dada à Prefeitura de Camanducaia.” **Conselheiro Hisaías de Souza Almeida Isaías:** “Os colegas conselheiros têm
 142 colocado em relação à preservação da região, a floresta ombrófila mista é uma área, principalmente aqui no Sul
 143 de Minas, representada por, vamos dizer assim, uma pequena fração do que nós temos de vegetação no Estado.
 144 Então ela deve ser olhada com bastante cuidado. E o que o conselheiro Demian colocou é bem interessante, quem
 145 está inserido numa região onde tem muito remanescente florestal, como Camanducaia, não percebe, mas quem
 146 está em uma região com menos remanescentes florestais, como por exemplo Alfenas, que tem 5% da sua área
 147 nativa conservada, ou até outros que têm menos ainda, vê um desmatamento acontecendo pouco a pouco, mas
 148 transformando toda essa vegetação em uma coxa de retalhos. É realmente bastante preocupante. E uma

149 ferramenta bastante interessante a se recomendar nessa moção é o plano de meio ambiente, que é uma
150 ferramenta pouco utilizada, mas extremamente eficiente, que tem sido utilizada no Sul do Brasil e com bons
151 resultados. Em Minas nós temos apenas o município de Pouso Alegre que tem o plano de meio ambiente. Então
152 por que não? Então nós nos colocamos à disposição também para ajudar nessa moção.” Em seguida, os
153 conselheiros manifestaram outros pontos específicos sobre o tema na região de Camanducaia e aplicação da
154 legislação. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem discutidos e considerando tratar-se da
155 última reunião de 2023, o presidente Anderson Ramiro Siqueira agradeceu a todos e desejou boas festas de fim
156 de ano. Em seguida, declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

157

158

APROVAÇÃO DA ATA

159

160

161

162

Anderson Ramiro Siqueira**Presidente suplente da URC Sul de Minas**